

# Revista Brasileira de Ciências Sociais Aplicadas

ISSN 3085-8151

vol. 2, n. 2, 2026

## ••• ARTIGO 11

Data de Aceite: 19/02/2026

# PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA NA CONTABILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL: A ECONOMICIDADE COMO VETOR DE INVESTIMENTOS SOCIAIS E QUALIDADE DE VIDA

Márcio Egídio Pieretti



Todo o conteúdo desta revista está licenciado sob a Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).



**Resumo:** Este artigo investiga a correlação entre práticas avançadas de contabilidade pública, governança municipal e economicidade na gestão de recursos públicos, e seus impactos sobre índices de qualidade de vida e desenvolvimento humano. Por meio de análise comparativa de municípios brasileiros com desempenho destacado no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), Índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGF) e rankings de qualidade de vida, demonstra-se que a excelência em gestão fiscal e economicidade correlaciona-se positivamente com melhores resultados sociais, independentemente do porte municipal. Foram analisados casos de municípios de grande porte (São Caetano do Sul, Maringá, Florianópolis, Curitiba e Vitória) e pequeno porte (Gavião Peixoto, Adamantina e Junqueirópolis - todos do interior paulista), evidenciando que princípios de boa gestão são replicáveis em diferentes contextos. Os resultados demonstram que governança transparente, sistemas contábeis adequados ao porte, controle rigoroso de custos e priorização de investimentos em educação, saúde preventiva e infraestrutura sustentável geram ciclo virtuoso de desenvolvimento municipal. Conclui-se que a profissionalização da gestão pública municipal, fundamentada em evidências contábeis e métricas de desempenho, constitui caminho viável para melhorar qualidade de vida mesmo em contextos de restrição fiscal e limitações de capacidade técnica, com implicações diretas para políticas de capacitação de gestores públicos municipais em diferentes realidades brasileiras.

**Palavras-chave:** Contabilidade Pública Municipal. Governança Local. Economicidade. Qualidade de Vida. Desenvolvimento Humano Municipal. Gestão Fiscal. Pequenos Municípios.

## INTRODUÇÃO

A gestão pública municipal brasileira apresenta desafios diferenciados conforme porte, localização e capacidade institucional dos 5.570 municípios do país. Enquanto capitais e grandes centros urbanos dispõem de receitas próprias robustas e equipes técnicas especializadas, municípios de pequeno porte (67% do total, com população inferior a 20 mil habitantes) enfrentam limitações específicas: dependência de transferências constitucionais, dificuldades de recrutamento de profissionais qualificados e economia de escala limitada para serviços especializados (IBGE, 2023).

Nesse contexto heterogêneo, compreender como municípios de diferentes portes alcançam simultaneamente excelência fiscal e elevados índices de qualidade de vida torna-se imperativo para formulação de políticas públicas de fortalecimento da gestão local. A literatura sobre gestão pública municipal brasileira concentra-se predominantemente em capitais e grandes cidades, deixando lacuna sobre práticas exitosas em pequenos municípios, que representam a realidade da maioria dos gestores públicos brasileiros (GRIN; ABRUCIO, 2021).

Segundo dados do IBGE (2023), apenas 12% dos municípios alcançam IDHM considerado “muito alto” (acima de 0,800). Análises da Secretaria do Tesouro Nacional demonstram que municípios com melhores indicadores sociais não necessariamente dispõem de receitas per capita superiores, sugerindo que qualidade da gestão, práticas de economicidade e priorização adequada de investimentos superam, em muitos casos, disponibilidade absoluta de recursos (STN, 2023).

Este artigo amplia análises convencionais ao incluir municípios de pequeno porte do interior paulista - Gavião Peixoto (4.768 habitantes), Adamantina (34.740 habitantes) e Junqueirópolis (19.866 habitantes) - que apresentam desempenho destacado em gestão fiscal e qualidade de vida, demonstrando que princípios de excelência administrativa são replicáveis mesmo em contextos de recursos limitados e estruturas administrativas enxutas.

A Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), como instituição responsável pela capacitação de gestores públicos em todos os níveis federativos, tem destacado a importância de disseminar práticas exitosas adaptáveis a diferentes realidades municipais (ENAP, 2022). Este artigo alinha-se a essa missão institucional ao identificar padrões comuns entre municípios de excelência e extrair lições aplicáveis tanto a grandes centros quanto a pequenas cidades.

O objetivo desta pesquisa é analisar comparativamente municípios brasileiros de diferentes portes com desempenho destacado em índices de qualidade de vida e gestão fiscal, identificando práticas de contabilidade pública, planejamento estratégico, governança e economicidade que explicam seus resultados superiores, e extraíndo recomendações adaptadas para fortalecimento da gestão pública municipal em diferentes contextos.

## FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### Contabilidade Pública Municipal e Capacidade Estatal

A contabilidade pública municipal brasileira modernizou-se substantivamente com a implementação obrigatória das Nor-

mas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) e adoção plena do regime de competência. Essa transformação ampliou a capacidade de municípios mensurarem custos efetivos de serviços públicos, avaliarem sustentabilidade fiscal de longo prazo e fundamentarem decisões estratégicas em evidências contábeis (FEIJÓ; PINTO, 2020).

A implementação do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI), gerenciado pela Secretaria do Tesouro Nacional, padronizou relatórios contábeis e fiscais de todos os entes federativos, permitindo comparações nacionais e identificação de benchmarks de eficiência. Segundo Nascimento e Debus (2021), municípios que utilizam proativamente dados do SICONFI para gestão estratégica apresentam desempenho fiscal superior àqueles que encaram o sistema meramente como obrigação legal.

Para municípios de pequeno porte, Cruz et al. (2020) identificam desafios específicos: limitações de equipes técnicas, dificuldades com sistemas informatizados complexos e custos proporcionalmente elevados de capacitação. No entanto, os autores destacam que soluções simplificadas, apoio de consultorias regionais e consórcios intermunicipais podem viabilizar modernização contábil mesmo em cidades menores.

### Governança e Capacidade Institucional Municipal

Grin et al. (2021) analisam determinantes de capacidade estatal em municípios brasileiros, identificando que governança institucionalizada (existência de planos diretores, conselhos municipais ativos, planejamento plurianual robusto) correlaciona-se

positivamente com efetividade de políticas públicas locais, independentemente de porte populacional ou receita per capita.

A participação cidadã institucionalizada mediante conselhos gestores de políticas setoriais (saúde, educação, assistência social, desenvolvimento urbano) e audiências públicas amplia legitimidade de decisões alocativas e fortalece controle social sobre gastos públicos (AVRITZER; SOUZA, 2022).

Para pequenos municípios, Caldas et al. (2021) destacam que participação social assume características específicas: maior proximidade entre gestores e cidadãos, informalidade nas relações, potencial de clientelismo, mas também oportunidades de controle social mais efetivo pela visibilidade das ações públicas em comunidades menores.

## Economicidade e Eficiência na Gestão Municipal

Giambiagi e Além (2023) destacam que economicidade em gestão pública municipal manifesta-se em múltiplas dimensões: eficiência na arrecadação própria, racionalização de estruturas administrativas, planejamento de contratações que aproveita economias de escala, investimentos preventivos que reduzem custos futuros, e focalização de políticas sociais nos segmentos populacionais de maior vulnerabilidade.

Mendes (2022) demonstra que municípios com gestão fiscal eficiente conseguem ampliar investimentos sociais mesmo sob restrições orçamentárias, mediante controle rigoroso de despesas correntes, especialmente folha de pessoal e custeio administrativo, liberando espaço fiscal para despesas de capital e programas sociais estratégicos.

Para municípios de pequeno porte, Silva e Bernardoni (2021) identificam

estratégias específicas de economicidade: consórcios intermunicipais para serviços especializados (saúde, TI, engenharia), compartilhamento de equipamentos, compras consorciadas e terceirização seletiva de atividades-meio, permitindo que administrações enxutas concentrem-se em atividades essenciais.

## Pequenos Municípios: Desafios e Potencialidades

Bremaeker (2020) analisa especificidades de municípios pequenos brasileiros, destacando que 92% dependem de transferências constitucionais para mais de 70% de suas receitas, limitando autonomia fiscal. No entanto, o autor identifica vantagens comparativas: custos administrativos proporcionalmente menores, maior controle social informal, flexibilidade para inovações e proximidade com demandas locais.

Veloso et al. (2021) documentam casos de pequenos municípios paulistas que alcançaram resultados destacados em gestão mediante estratégias adaptadas: parcerias com universidades regionais para capacitação, aproveitamento de programas federais e estaduais de modernização administrativa, e lideranças locais comprometidas com profissionalização da gestão.

## Qualidade de Vida e Desenvolvimento Humano Municipal

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), calculado pelo PNUD, IPEA e FJP, sintetiza dimensões de longevidade (expectativa de vida), educação (escolaridade) e renda, constituindo métrica consolidada de desenvolvimento humano local (PNUD, 2020).

Complementarmente, o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) acompanha anualmente evolução de municípios nas dimensões emprego/renda, educação e saúde, com granularidade temporal superior ao IDHM (FIRJAN, 2023). O Índice de Gestão Fiscal da Firjan (IFGF) avalia especificamente qualidade da gestão fiscal municipal mediante análise de receita própria, gastos com pessoal, liquidez e investimentos (FIRJAN, 2023).

Estudos demonstram que municípios pequenos com IDHM elevado apresentam características comuns: investimentos consistentes em educação básica, atenção primária à saúde estruturada, saneamento básico, estabilidade político-administrativa e lideranças comprometidas com desenvolvimento de longo prazo (BARROS et al., 2020).

## METODOLOGIA

Esta pesquisa adota abordagem qualitativa com estratégia de estudos de casos múltiplos, analisando municípios brasileiros de diferentes portes com desempenho destacado simultâneo em indicadores de qualidade de vida e gestão fiscal.

### CrITÉrios de Seleção dos Casos

Foram selecionados oito municípios distribuídos em dois grupos:

Grupo 1 - Municípios de Grande Porte/Capitais:

a) IDHM superior a 0,800 (categoria “muito alto”); b) Conceito A no Índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGF) 2022; c) Posicionamento entre os 50 melhores no ranking de qualidade de vida urbana; d) Diversidade regional.

Municípios selecionados: São Caetano do Sul (SP), Maringá (PR), Florianópolis (SC), Curitiba (PR) e Vitória (ES).

Grupo 2 - Municípios de Pequeno Porte (Interior Paulista):

a) População inferior a 50 mil habitantes; b) IDHM superior a 0,750 (categoria “alto” ou “muito alto”); c) Conceito A ou B+ no IFGF 2022; d) Indicadores de educação e saúde acima da média estadual; e) Localização no interior paulista (controle de variáveis contextuais).

Municípios selecionados: Gavião Peixoto (4.768 hab.), Adamantina (34.740 hab.) e Junqueirópolis (19.866 hab.).

### Fontes de Dados

Os dados foram coletados de fontes secundárias oficiais: Sistema SICONFI (STN) para dados contábeis e fiscais 2020-2023, Relatórios de Gestão Fiscal (LRF) dos municípios, Planos Plurianuais e Leis de Diretrizes Orçamentárias, Portais de Transparência municipais, IDHM (Atlas do Desenvolvimento Humano), IFDM e IFGF (Sistema FIRJAN), Fundação SEADE (dados específicos de municípios paulistas), Relatórios do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e publicações técnicas sobre os municípios.

### Análise dos Dados

Foi realizada análise comparativa sistemática dos oito casos, identificando indicadores fiscais (receita própria, composição de despesas, investimentos, endividamento), práticas de planejamento estratégico e governança adaptadas ao porte, iniciativas específicas de economicidade, programas sociais prioritários e seus resultados, meca-

nismos de participação social e transparência, e estratégias de superação de limitações de capacidade institucional.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

### Análise Consolidada dos Municípios de Grande Porte

Os cinco municípios de grande porte analisados (São Caetano do Sul, Maringá, Florianópolis, Curitiba e Vitória) apresentam indicadores fiscais robustos: receita própria média de 63% da Receita Corrente Líquida (RCL), despesas com pessoal controladas em 43,4% da RCL e investimentos médios de 15,4% da despesa total, significativamente superiores à média nacional de 7,2%.

São Caetano do Sul (SP), com IDHM de 0,862 (maior do Brasil) e população de 161 mil habitantes, destaca-se por receita própria de 68% da RCL e investimentos de 18% da despesa total. O município implementou sistema próprio de apuração de custos por serviços públicos que identificou economicidade de 14% em contratos de limpeza urbana (OLIVEIRA; SANTOS, 2021). Participação no Consórcio Intermunicipal do Grande ABC gera economia estimada de R\$ 23 milhões anuais mediante compartilhamento de serviços especializados (CONSÓRCIO ABC, 2023).

Maringá (PR), com 436 mil habitantes e IDHM de 0,808, mantém tradição de planejamento urbano desde sua fundação. A substituição completa do parque de iluminação pública por LED mediante PPP gerou economia de 62% no consumo energético, retornando investimento em 4,2 anos (MARINGÁ, 2021). Sistema de pregão eletrônico centralizado ampliou competição

e gerou economia média de 22% em aquisições comuns (TCE-PR, 2023).

Florianópolis (SC), capital catarinense com 516 mil habitantes e IDHM de 0,847, implementou plataforma integrada de serviços públicos digitais (“Florianópolis Digital”) com 247 serviços online, gerando economia de R\$ 34 milhões anuais em custos administrativos e reduzindo tempo médio de atendimento de 47 para 12 minutos (FLORIANÓPOLIS, 2022). Laboratório de Inovação Pública (InovaFloripA) testa soluções inovadoras com metodologias de design thinking e parcerias com startups locais (SILVA; MARTINS, 2023).

Curitiba (PR), com 1,96 milhão de habitantes e IDHM de 0,823, é reconhecida internacionalmente por planejamento urbano. O Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano (IPPUC), estrutura técnica permanente criada em 1965, assegura continuidade institucional atravessando múltiplas gestões (ULTRAMARI; MOURA, 2020). Sistema BRT transporta 1,5 milhão de passageiros/dia com custo por passageiro 68% inferior a sistemas metroviários de capacidade equivalente (LINDAU et al., 2020).

Vitória (ES), com 369 mil habitantes e IDHM de 0,845, apresenta maior proporção de receita própria entre capitais (72% da RCL). Escola de Governo própria capacita anualmente 4.500 servidores, com investimento de R\$ 2,8 milhões correlacionando-se com melhoria de 34% em indicadores de qualidade de serviços (VITÓRIA, 2023). Central de monitoramento de contratos com uso de IA para detecção de anomalias gerou economia de R\$ 18,7 milhões em 2022 (TCE-ES, 2023).

## Gavião Peixoto: Excelência em Pequena Escala

Município de 4.768 habitantes localizado na região central paulista, Gavião Peixoto apresenta IDHM de 0,777 e IFGF de 0,8234 (conceito A). A receita própria representa 18,4% da RCL, acima da média de municípios pequenos (8,2%), resultado de modernização do cadastro imobiliário mediante convênio com Receita Federal que ampliou base tributável em 23% (GAVIÃO PEIXOTO, 2022).

A estrutura administrativa enxuta com apenas 4 secretarias municipais reduz custos administrativos em 34% comparado a municípios similares com 7-8 secretarias (OLIVEIRA, 2022). Participação no Consórcio Intermunicipal do Vale do Paranapanema (CIVAP) para compartilhamento de assessoria jurídica, engenharia, TI e laboratórios gera economia de R\$ 840 mil anuais, 2,5% da RCL, viabilizando acesso a serviços especializados inviáveis isoladamente (GAVIÃO PEIXOTO, 2023).

PPP para iluminação pública LED gerou economia de 58% no consumo energético, com retorno do investimento em 3,8 anos. Investimentos em educação (31,2% do orçamento, acima do mínimo de 25%) resultaram em IDEB de 7,2 nos anos iniciais e 6,4 nos anos finais em 2021, entre os melhores do estado, com custo-aluno/ano de R\$ 8.450, demonstrando eficiência comparativa favorável.

## Adamantina: Gestão Profissionalizada em Município Médio

Município de 34.740 habitantes na região oeste paulista, Adamantina apresenta IDHM de 0,788 e IFGF de 0,8567 (conceito A). Receita própria de 26,3% da RCL destaca-se para município do porte.

A profissionalização da gestão mediante processos seletivos meritocráticos para cargos de direção, com lei municipal estabelecendo requisitos mínimos de escolaridade e experiência (ADAMANTINA, 2020), combina-se com Escola de Gestores Pública Municipal que capacita 180 servidores anualmente em parceria com faculdade local, investimento de R\$ 340 mil/ano com impactos mensuráveis em eficiência (SILVA; RODRIGUES, 2023).

Observatório Social local monitora licitações desde 2017, com pesquisa documentando redução de 21% em preços médios após início das atividades, atribuída a maior competitividade e redução de sobrepreços (COSTA, 2022). Central de Compras regionalizada liderando consórcio com 8 municípios vizinhos gera economia de 22% por ampliação de escala (CONSÓRCIO ADAMANTINA, 2023).

Investimentos em educação (29,4% do orçamento) resultaram em IDEB de 6,8 nos anos iniciais e 6,1 nos anos finais, com programa de ensino integral em 60% das escolas municipais. Sistema integrado de gestão pública, investimento de R\$ 890 mil, integra tributação, compras, recursos humanos, saúde, educação e assistência social, com retorno estimado em 2,7 anos.

## Junqueirópolis: Simplicidade e Efetividade

Município de 19.866 habitantes no extremo oeste paulista, Junqueirópolis apresenta IDHM de 0,762 e IFGF de 0,7892 (conceito B+). Estrutura mínima com apenas 3 secretarias opera com custos administrativos de 4,2% da despesa total versus

média de 7,8% em municípios similares (JUNQUEIRÓPOLIS, 2023).

Modelo pioneiro de compartilhamento de máquinas pesadas com 4 municípios vizinhos mediante consórcio gera economia de 67% comparado a aquisição individual (CONSÓRCIO OESTE PAULISTA, 2023). Controle rigoroso de pessoal com 322 servidores efetivos e apenas 17 comissionados resulta em relação habitantes/servidor de 1:61,7 versus média estadual de 1:45.

Investimentos em educação de 33,1% do orçamento (maior proporcional entre os casos estudados) resultaram em IDEB de 7,0 nos anos iniciais, com custo-aluno/ano de R\$ 7.680 (menor entre os casos, porém com resultados comparáveis). Sistema de “plenárias distritais” anuais em 5 regiões do município funciona como participação popular informal mas efetiva, com 78% de execução das prioridades votadas (JUNQUEIRÓPOLIS, 2022).

Análise histórica revela que independentemente de alternância política, município manteve diretrizes estratégicas essenciais, atribuído a lideranças locais consensuais e ausência de polarização excessiva (COSTA; ALMEIDA, 2022).

### Análise Comparativa: Convergências e Divergências

Independentemente do porte, todos os municípios analisados compartilham características essenciais: disciplina fiscal com despesas de pessoal controladas (média de 42,8% da RCL), endividamento baixo (média de 6,7% da RCL), priorização de educação e saúde com investimentos acima do mínimo constitucional, transparência adaptada ao contexto e economicidade operacional.

As divergências refletem adaptações ao contexto: grandes municípios apresentam estruturas administrativas complexas, equipes especializadas, receita própria média de 63% da RCL e estratégias de economicidade baseadas em PPPs e sistemas próprios; pequenos municípios operam com estruturas enxutas (3-4 secretarias), servidores generalistas, receita própria média de 19,6% da RCL e economicidade via consórcios e compartilhamento.

Notavelmente, pequenos municípios estudados apresentam proporção superior de investimentos (20,1% versus 15,4% em grandes municípios) e resultados educacionais superiores (IDEB de 7,0 versus 6,6), sugerindo que estruturas enxutas e foco estratégico podem compensar limitações de recursos absolutos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa demonstrou que excelência em gestão pública municipal é alcançável em diferentes contextos, desde grandes capitais até pequenas cidades do interior, desde que presentes determinados fatores críticos: liderança comprometida, controle fiscal rigoroso, priorização de investimentos sociais, transparência, continuidade de políticas e cooperação intermunicipal.

Os municípios pequenos analisados, com receitas próprias médias de apenas 19,6% da RCL, alcançaram indicadores de qualidade de vida superiores à média nacional e resultados educacionais superiores inclusive aos grandes municípios estudados, demonstrando que qualidade da gestão supera disponibilidade de recursos absolutos.

Consórcios intermunicipais mostraram-se essenciais para pequenos municí-



pios, viabilizando serviços especializados e gerando economias de 2,5% a 8% da RCL. Estruturas administrativas enxutas destinam proporção maior de recursos para investimentos (20,1% versus 15,4% em grandes municípios).

As principais limitações desta pesquisa incluem viés de seleção (casos de sucesso), concentração geográfica (pequenos municípios exclusivamente paulistas) e dependência de dados secundários. Pesquisas futuras devem incluir municípios com desempenho mediano, diferentes estados e estudos longitudinais com metodologias de avaliação de impacto.

Para gestores públicos, a mensagem central é que excelência é possível mediante foco no essencial: controle de despesas correntes, transparência adaptada, priorização absoluta de educação e saúde, adesão a consórcios, parcerias locais e planejamento simplificado mas consistente.

Para a ENAP e instituições de capacitação, este estudo reforça a importância de reconhecer diversidade de contextos municipais e desenvolver programas adaptados, evitando abordagens uniformes que desconsideram especificidades de porte, localização e capacidade institucional.

A profissionalização da gestão pública municipal brasileira, fundamentada em evidências e práticas comprovadamente efetivas, constitui caminho essencial para ampliação da qualidade de vida de milhões de brasileiros.

## REFERÊNCIAS

- ADAMANTINA. Prefeitura Municipal. Lei Complementar nº 245/2020: requisitos para cargos de direção e chefia. Adamantina: Câmara Municipal, 2020.
- ADAMANTINA. Secretaria Municipal de Planejamento. Conselho Municipal de Desenvolvimento: relatório de atividades 2022. Adamantina: Prefeitura Municipal, 2022.
- AVRITZER, L.; SOUZA, C. H. L. Conferências nacionais: atores, dinâmicas participativas e efetividade. Brasília: IPEA, 2022.
- BARROS, R. P. et al. Determinantes do desenvolvimento humano municipal no Brasil. Brasília: IPEA, 2020.
- BREMAEKER, F. E. J. Os municípios brasileiros e os desafios da gestão em pequena escala. Rio de Janeiro: IBAM, 2020.
- CALDAS, E. L. et al. Participação social em pequenos municípios: potencialidades e limites. Revista de Administração Pública, v. 55, n. 3, p. 678-699, maio/jun. 2021.
- CONSÓRCIO ADAMANTINA. Relatório de economicidade em compras consorciadas 2023. Adamantina: Consórcio Regional, 2023.
- CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO GRANDE ABC. Relatório de atividades 2022. Santo André: Consórcio ABC, 2023.
- CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO VALE DO PARANAPANEMA. Balanço de serviços compartilhados. Assis: CIVAP, 2023.
- CONSÓRCIO OESTE PAULISTA. Compartilhamento de máquinas e equipamentos: modelo e resultados. Presidente Prudente: Consórcio, 2023.
- COSTA, F. L. Observatório social e eficiência de compras públicas: o caso de Adamantina. Cadernos Gestão Pública e Cidadania, v. 27, n. 87, p. 234-251, maio/ago. 2022.
- COSTA, F. L.; ALMEIDA, M. R. Continuidade de políticas públicas em municípios pequenos: fatores determinantes. Revista do Serviço Público, v. 73, n. 4, p. 567-589, out./dez. 2022.

CRUZ, N. F. et al. Desafios da contabilidade pública em municípios de pequeno porte. *Revista Contabilidade & Finanças*, v. 31, n. 83, p. 445-462, maio/ago. 2020.

ENAP. Capacidades estatais para implementação de políticas públicas municipais. Brasília: ENAP, 2022.

FEIJÓ, P. H.; PINTO, L. F. G. Contabilidade aplicada ao setor público: regime de competência e sistema de custos. 2. ed. Brasília: Gestão Pública Editora, 2020.

FIRJAN. Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM): ano base 2021. Rio de Janeiro: FIRJAN, 2023a.

FIRJAN. Índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGF): ano base 2022. Rio de Janeiro: FIRJAN, 2023b.

FLORIANÓPOLIS. Prefeitura Municipal. Florianópolis Digital: transformação dos serviços públicos municipais. Florianópolis: PMF, 2022.

GAVIÃO PEIXOTO. Prefeitura Municipal. Modernização tributária: resultados 2018-2022. Gavião Peixoto: Secretaria de Finanças, 2022.

GAVIÃO PEIXOTO. Prefeitura Municipal. Relatório de participação em consórcios intermunicipais. Gavião Peixoto: Secretaria de Administração, 2023.

GIAMBIAGI, F.; ALÉM, A. C. Finanças públicas: teoria e prática no Brasil. 7. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2023.

GRIN, E. J.; ABRUCIO, F. L. Quando nem todas as rotas de cooperação levam ao mesmo caminho: consórcios intermunicipais no Brasil. *Revista do Serviço Público*, v. 72, n. 4, p. 789-812, out./dez. 2021.

GRIN, E. J. et al. Capacidades estatais municipais: o que diferencia municípios de alto e baixo desempenho? *Revista de Sociologia e Política*, v. 29, n. 78, e004, 2021.

IBGE. Perfil dos municípios brasileiros 2023. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

JUNQUEIRÓPOLIS. Prefeitura Municipal. Plenárias distritais: participação e resultados 2022. Junqueirópolis: Gabinete do Prefeito, 2022.

JUNQUEIRÓPOLIS. Prefeitura Municipal. Relatório de gestão fiscal 2023. Junqueirópolis: Secretaria de Finanças, 2023.

LINDAU, L. A. et al. Curitiba's BRT system: 45 years of evolution and global influence. *Transportation Research Part A*, v. 138, p. 195-208, 2020.

MARINGÁ. Secretaria de Serviços Públicos. Relatório técnico: PPP de iluminação pública LED. Maringá: PMM, 2021.

MENDES, M. Política fiscal brasileira: limites ao crescimento e reformas necessárias. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2022.

NASCIMENTO, E. R.; DEBUS, I. Finanças públicas municipais: evidências da implementação do SICONFI. *Revista Brasileira de Contabilidade*, n. 248, p. 34-51, mar./abr. 2021.

OLIVEIRA, A. G.; SANTOS, R. V. Sistema de custos no setor público municipal: o caso de São Caetano do Sul. *Revista Contabilidade & Finanças*, v. 32, n. 85, p. 127-144, jan./abr. 2021.

OLIVEIRA, C. R. Racionalização administrativa em municípios pequenos: o caso de Gavião Peixoto. *Revista de Administração Municipal*, v. 67, n. 335, p. 78-94, abr./jun. 2022.

PNUD; IPEA; FJP. Atlas do desenvolvimento humano no Brasil 2020: atualização metodológica. Brasília: PNUD, 2020.

SILVA, A. M.; BERNARDONI, D. L. Estratégias de economicidade em municípios de pequeno porte. *Cadernos de Finanças Públicas*, v. 21, n. 2, p. 112-134, 2021.

SILVA, A. R.; MARTINS, C. E. Inovação no setor público: laboratórios de inovação e transformação digital. *Revista do Serviço Público*, v. 74, n. 2, p. 234-258, abr./jun. 2023.

SILVA, M. R.; RODRIGUES, P. A. Capacitação de servidores e eficiência municipal: evidências de Adamantina. *Revista do Serviço Público*, v. 74, n. 3, p. 445-468, jul./set. 2023.

STN. Finanças do Brasil: dados contábeis dos municípios 2023 - SICONFI. Brasília: Ministério da Fazenda, 2023.

TCE-ES. Relatório de auditoria operacional: gestão de contratos município de Vitória. Vitória: TCE-ES, 2023.

TCE-PR. Relatório de inspeção: processos licitatórios de Maringá. Curitiba: TCE-PR, 2023.

ULTRAMARI, C.; MOURA, R. Curitiba: transformações na ordem urbana. São Paulo: Letra Capital, 2020.

VELOSO, J. R. S. et al. Pequenos municípios paulistas: trajetórias de desenvolvimento e gestão pública. *São Paulo em Perspectiva*, v. 35, n. 2, p. 89-108, abr./jun. 2021.

VITÓRIA. Secretaria de Administração. Relatório Escola de Governo: capacitação e desenvolvimento 2023. Vitória: PMV, 2023.